



ATA

9ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

23 de fevereiro de 2010

Local: Sede da CUT / São Paulo-SP

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Júnia Maria de Almeida Barreto – MTE
- Viviane de Jesus Forte – SRTE/SP
- Jófilo Moreira Lima Júnior – FUNDACENTRO
- Domingos Lino – MPS
- Carlos Augusto Vaz de Souza – M. Saúde

Empregadores

- Luís Sérgio Soares Mamari – CNC
- Magnus Ribas Apostólico – CNF
- Clovis Veloso de Queiroz Neto – CNI
- Fernando Coelho Neto – SESI/CNI
- Danielle Silva Bernardes – CNA
- Geraldo Vianna – CNT
- Henrique William Bego Soares – CNA

Trabalhadores

- Jorge Alves de Almeida Venâncio – CGTB
- Siderley de Oliveira – CUT

- Dary Beck Filho – CUT
- Armando Henrique – Força Sindical
- Jairo José da Silva – NCST
- Cleonice Caetano Souza – UGT

Convidados

- Luis A. Festino – NCST
- Manoel Messias – CUT
- Celso Amorim Salim – FUNDACENTRO/MG
- Eduardo Azeredo Costa – FUNDACENTRO
- Maria Christina Félix – FUNDACENTRO/RJ
- André Pescarmona Torrado – FUNDACENTRO
- Rogério Galvão da Silva – FUNDACENTRO
- Marta de Freitas – FUNDACENTRO/MG
- Rogério de Jesus Santos – Força Sindical
- Maria Carolina M. Costa – FUNDACENTRO
- Ana Maria Resende Chagas – IPEA
- Luciana Mendes Santos Servo – IPEA

ATA

1 A reunião foi iniciada com a assinatura da Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão. A seguir, os
2 presentes solicitaram pequenas correções na ata da 8ª Reunião Ordinária, que foi aprovada pelos
3 presentes e será assinada na próxima reunião. Na sequência, Dary Beck informou que será enviado
4 à coordenação do CTSST pedido de substituição do Siderlei por Manoel Messias como representante
5 da CUT. Passou-se então à apresentação do Acordo de Cooperação Técnica - ACT celebrado entre
6 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e a FUNDACENTRO, realizada pelos
7 pesquisadores Jófilo Moreira Lima, Celso Amorim Salim e Rogério Galvão da Silva. Foi explicado que
8 o ACT prevê três linhas de ação. A primeira está direcionada para as estatísticas e indicadores em
9 segurança e saúde no trabalho, que está sob a coordenação de Celso Amorim. A segunda linha é
10 coordenada pelas técnicas do IPEA, Ana Maria Resende Chagas e Luciana Mendes Santos Servo,
11 que tratará dos custos econômicos e sociais dos acidentes de trabalho. A terceira linha de ação
12 avaliará as políticas públicas em SST desenvolvendo o perfil nacional de segurança e saúde no
13 trabalho, sendo esta coordenada por Rogério Galvão. Efetuadas as apresentações, foi aberta
14 oportunidade para os presentes tecerem comentários e tirarem dúvidas das informações prestadas.
15 Dary Beck ressaltou a importância do acesso a dados e estatísticas consistentes de acidentes e
16 doenças relacionados ao trabalho para ser possível construir uma política nacional de SST e que o
17 ACT auxiliará muito nesse processo. Foi questionado se no setor formal está incluído o setor público,
18 já que este apresenta muitos problemas relacionados à segurança e saúde no trabalho. Celso
19 Amorim esclareceu que apesar das peculiaridades do setor público, na pesquisa ele será considerado
20 como parte do formal. Eduardo Azeredo, Diretor Executivo da Fundacentro, comentou que o projeto
21 vai permitir estruturar a vigilância e análise sistemática de dados sobre as questões envolvendo SST
22 e observou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vem executando iniciativas no
23 sentido de desenvolver uma política de segurança e saúde para o servidor público e que a
24 Fundacentro foi convidada a colaborar com esse processo. Jorge Venâncio sugeriu que numa
25 segunda etapa sejam incluídos no estudo os problemas relacionados ao trânsito, lembrando que
26 existe grande envolvimento de caminhões nos acidentes rodoviários. Observou ainda a importância
27 de se considerar as estatísticas de acidentes dos órgãos de trânsito. Geraldo Viana concordou com

as observações de Jorge Venâncio, reforçando as mesmas. A pesquisadora Ana Maria, do IPEA, comentou que em 2011 poderia ser feito o estudo de casos no setor de transporte. Magnus Apostólico comentou que, diante da dificuldade em se mensurar os problemas para construir políticas, o ACT é uma grande notícia e que apresentará dados de maior confiabilidade. Foi questionado como será possível fazer a integração dos diversos bancos de dados e se é possível efetuar os estudos por município. Celso Amorim esclareceu que serão grandes as dificuldades em integrar os bancos de dados e que contará com o auxílio do IPEA nessa tarefa e quanto ao município, que a RAIS/CAGED permite fazer essa seleção individual. Armando Henrique lembrou que já existe muita informação relacionada à segurança e saúde no trabalho, no entanto os dados não são convergentes e que um observatório nacional seria importante para dar um tratamento adequado a esses dados. Jorge Venâncio comentou que normalmente é abordado o transporte de passageiros e de cargas, mas que é importante observar também o transporte em setores diferenciados, como o industrial, por exemplo, que registra grande número de acidentes. Júnia Barreto comentou que em estudo feito com Comunicações de Acidentes de Trabalho – CAT, pelo DSST, a ocupação que mais se acidenta é a de motorista, com elevado registro de número de óbitos, e que tal fato é observado em diversas atividades econômicas, como construção, comércio, indústria e outras. Esclarecidas todas as dúvidas, Júnia agradeceu à Fundacentro e IPEA pelas informações prestadas, sendo opinião comum a todos os presentes que o Acordo de Cooperação Técnica será muito importante para fornecer subsídios na elaboração de uma política nacional de SST e que deve ser apoiado pela CT-SST. Dando seqüência aos trabalhos, passou então à discussão da proposta de texto da política nacional de SST. Dary Beck informou que após as sugestões de alteração de texto encaminhadas pela bancada dos trabalhadores à coordenação da CTSST havia entendido que teria oportunidade de apresentar novas sugestões. Ficou acordado entre os presentes que os trabalhadores apresentariam as novas sugestões no curso da leitura do documento da PNSST. Comentou que ocorreu uma mudança muito grande do documento base de proposta da política nacional que estava sendo trabalhado pelo grupo para o documento atual. Júnia Barreto e Domingos Lino lembraram que o primeiro documento ao qual o Dary fazia referência era uma simples cópia da Portaria Interministerial MPS/MS/MTE n.º 800/05, que foi a primeira tentativa de elaboração da política nacional, mas que apresentava muitos problemas e críticas tanto dos três Ministérios diretamente envolvidos quanto de outros setores da sociedade. Por esse motivo, a bancada de governo elaborou em conjunto o documento atual que é objeto de discussão da CTSST. Feitas as considerações iniciais, foi dada seqüência na discussão da proposta para a política nacional. Após apresentadas e discutidas todas as propostas sugeridas pela bancada dos trabalhadores e empregadores, foi aprovada a redação final da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. Domingos Lino lembrou que há muito tempo buscava-se um acordo para a definição da PNSST e fez considerações sobre a importância para a sociedade da obtenção desse consenso. Foi proposta, e acordada pelos presentes, a realização de uma atividade conjunta da CT-SST no dia 28 de abril, para apresentação da PNSST à sociedade, de preferência com a assinatura da mesma. A coordenação da organização desta atividade caberá ao MTE, pelo seu papel atual de coordenação da CT-SST. Em seguida, foram feitos informes sucintos sobre os andamentos dos trabalhos dos grupos setoriais da indústria da construção e do transporte rodoviário de cargas, pelos respectivos coordenadores dos grupos, Maria Christina Félix e Carlos Augusto Vaz de Souza. Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.